

Expresso	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Diversos
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	239 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	167000	Página (s):	9

08-12-2006

COMPROMISSO MÍNIMO

Fernando Madrinha

fmadrinha@expresso.pt



ezassete euros é o equivalente a mais do que o primeiro salário mínimo nacional, criado logo depois do 25 de Abril; mas é hoje uma quantia irrisória, que não muda a vida de ninguém. Mesmo assim, os mais de 200 mil portugueses que ganham 386 euros mensais, decerto vão notar a diferença. Em tempos de vacas tão magras e de expectativas tão baixas, o aumento do salário mínimo nacional é significativo, menos pelo seu valor efectivo, ou pelo poder de compra que representa, e mais pelo sinal que transmite: o de uma preocupação real com os que menos têm,

num país onde é urgente contrariar a tendência para se alargar ainda mais o já demasiado chocante fosso entre ricos e pobres. Independentemente dessa mensagem política, na linha dos recentes aumentos diferenciados das reformas e do apoio complementar aos idosos que vivem com menos de 300 euros mensais, o estabelecimento do novo salário mínimo trouxe uma novidade: o acordo de todos os parceiros sociais. Numa época de tão grande conflitualidade social — ou, talvez melhor, de tão grande conflitualidade político-sindical — a assinatura de todos os parceiros nesse acordo deve ser

devidamente sublinhada. Ela significa que cada um deles fez um esforço de aproximação aos restantes e, acima de tudo, à proposta do Governo que, por si mesma, já representava um esforço de aproximação às reivindicações sindicais. O caminho percorrido por todos resultou no benefício comum de centenas de milhares de trabalhadores.

Não é possível — nem seria desejável — que todas as decisões políticas sejam tomadas por consenso. Mas na fase delicada que o país atravessa, decerto haveria vantagem no estabelecimento de mais acordos ou pactos, tanto

nos planos partidário e parlamentar, como ao nível dos parceiros sociais. Com a mesma atitude e o mesmo esforço negocial das partes interessadas, poupavam-se as energias consumidas em guerras inúteis, ganhava-se tempo e dinheiro em proveito de todos.

É preciso agora que o plano para que o salário mínimo chegue aos 500 euros em 2011 seja de facto cumprido. Para que, tanto o Governo como os parceiros sociais, começando pelas associações patronais, não percam a face. Afinal, são co-responsáveis de uma promessa que a todos compromete.

O ICI9 EM PLENA BAIXA

erro ainda se pode desculpar; o mesmo erro duas vezes cometido já custa mais a admitir. É o caso da árvore de Natal gigante (a maior da Europa? do mundo? da galáxia?) que a Câmara Municipal de Lisboa decidiu plantar na Praça do Comércio no ano passado, depois de uma época à experiência na zona de Belém onde ficava menos mal. Não porque deixasse de representar o que de facto representa: uma manifestação solene da

quele novo-riquismo bacoco e de pendor terceiro-mundista que demasiadas vezes ataca os decisores autárquicos. Como se observou aqui em 2005 e qualquer um pode verificar hoje de novo, a maior árvore de Natal da Europa (ou do mundo, ou do universo) ocupa, com adereços e equipamentos de apoio, praticamente um quarto da praça. Esmaça e desvaloriza completamente aquele que devia ser o centro da atenção: o nobre monumento que a praça é no seu

conjunto. E que, em épocas como esta, qualquer câmara com um mínimo de respeito pela cidade tentaria ornamentar de modo que ela saísse engrandeci-

da aos olhos dos residentes e visitantes. Em Lisboa, cuja autarquia só tem sido notícia nos últimos tempos pelas piores razões, é o que se vê: à noite, a árvore, com as suas não sei quantas mil lâmpadas, reduz a praça à mais pura insignificância; de dia, sublinha a sua aparência de estaleiro, acrescentando toneladas de

tubos metálicos e fios eléctricos aos montes de terra e pedregulhos que as obras do Metro acumulam no cais das colunas.

Como se isto já não bastasse, a opção da câmara tornou a Baixa intransitável. Especialmente à noite e nos fins-de-semana, é quase impossível circular desde o Marquês de Pombal até ao Tejo. Já aconteceu no ano passado. Mas alguém no palácio do município deve achar muita graça a esta originalidade de pôr o ICI9 a desaguar em plena Baixa.

DESCONSIDERAÇÕES

inquérito sobre os famosos 'voos da CIA' e a visita que a comissão do Parlamento Europeu fez a Lisboa na quarta-feira deu origem a peripécias pouco dignificantes para as partes envolvidas. O facto de o relatório preliminar, ou projecto de relatório,

ser conhecido antes de ouvidas as autoridades portuguesas não pode senão indispor os anfitriões. Mas a resposta a essa desconsideração com outras desconsiderações — sala de reuniões fechada na Assembleia da República, recepção contraria-

da e com evidente má-vontade no Ministério dos Negócios Estrangeiros — também ajuda pouco. Por mais que a comissão se ponha em bicos de pés e formule os seus juízos antes do tempo devido, o modo displicente como Governo e a maioria encaram o assunto não é a melhor

saída, quando se percebe que nada nem ninguém controla o que quer que seja nos aviões particulares.

